



## CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO

por John Hogervorst

A influência da economia moderna é literal e figurativamente sem limites. Em algumas partes do mundo interesses econômicos são determinantes para questões de guerra e paz, a continuidade de sistemas políticos ou a permanência de regimes ditatoriais. Estruturas econômicas fazem desaparecer culturas agrícolas tradicionais e as substituem por monoculturas. Desta maneira terras agrícolas empobrecem e surge localmente escassez de alimentos. O pensamento de curto prazo, provocado pelo lucro econômico, leva a desmatamento e outras formas de interferência a ecossistemas. Como consequência da exigência por eficiência e lucratividade, trata-se as pessoas que trabalham na economia como fatores de produção substituíveis. Na esperança de poder participar de atividades econômicas e bem estar, uma correnteza de milhões de pessoas se deslocam no mundo: do campo para as metrópoles, de regiões pobres para áreas de riqueza. Forças econômicas influenciam a legislação e as medidas governamentais. Fatores econômicos determinam e "pintam" a forma e conteúdo do ensino e são argumento principal para a aplicação de descobertas científicas e tecnológicas. A economia se apodera de eventos esportivos e expressões culturais e os transforma em atividade econômica. A economia levou a um novo ramo de pesquisa e atividade, o da pesquisa de mercado, marketing e propaganda, que reduz o ser humano a um consumidor. A economia moderna define a vida do homem moderno de forma imensurável.

Neste livro são feitas perguntas sobre esta realidade das coisas. Porque, apesar de tudo, o curso que a economia segue, e a influência que ela exerce sobre o ser humano e a terra, não é um processo natural. Seja como for, em última análise é a ação humana que define a forma que se dá à economia, os limites que se estabelecem e o objetivo ao qual ela serve.

Com esta última colocação chegamos imediatamente perto do cerne do problema:

existe alguma consciência do fato que o ser humano é quem define a economia; que é possível dar à economia uma forma e com isto também um objetivo?

Poucas pessoas sabem que Rudolf Steiner se ocupou também com a questão da economia. Ele fez isto principalmente na última fase da primeira guerra mundial e nos anos subsequentes. Neste período ele formulou seus pensamentos sobre a trimembração do organismo social. Na vida social do ser humano, ele distingue três âmbitos. Em cada um destes âmbitos uma necessidade humana se expressa:

- Na vida espiritual a necessidade pelo desenvolvimento e exercício de habilidades e compreensão humanas. É o campo da educação, cultura, religião e ciência.
- Na vida jurídica a necessidade pelo ordenamento e regulamentação justa do convívio com outros seres humanos. É o campo do estado e da justiça, democraticamente dado forma.
- Na vida econômica a necessidade pela satisfação daquilo que o ser humano precisa para poder viver: alimentos, vestimentas, moradia, etc.

Um organismo social saudável, diz Steiner, se ordena de tal forma que se atende a cada uma destas três necessidades, que na verdade compreendem tudo que vive no ser humano. Isto significa que cada um destes três campos podem se desenvolver de acordo com sua própria natureza. Cada âmbito deve possuir sua própria autonomia para poder atender à necessidade central dele. Uma vez que cada ser humano está em cada um destes três campos, esta "membração" em três não é uma divisão artificial de algo que deveria ser uma unidade. Não, é um ordenamento vital de funções, que justamente quando dada sua autonomia, podem entrar em intercâmbio mútuo e saudável e assim se desenvolver melhor que quando se misturados, como é o caso até agora.

Quer dizer..... se e na medida em que o ser humano almeja uma sociedade socialmente saudável. Porque num organismo social trimembrado pode existir liberdade no âmbito do desenvolvimento e exercício de habilidades humanas; pode reinar igualdade no âmbito em que se dá forma à relação entre as pessoas e pode reinar fraternidade no âmbito onde se satisfaz a necessidade humana por bens materiais. Isto não é uma descrição de uma situação que cada um pode reconhecer em si mesmo como imagem ideal?

Na sociedade moderna ainda não se chegou a uma trimembração social: o que deveria ser distinguido se mistura ainda de forma difusa. Principalmente a vida econômica tem uma forte tendência de se manifestar por todo lado e subordinar tudo a si. Isto leva à falta de liberdade no campo da vida espiritual, falta de igualdade no campo da vida



## CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO por John Hogervorst - Publicado no Boletim nº 18

Outubro 2003

jurídica e a uma prática econômica onde fraternidade não se realiza.

Toda mudança da sociedade tem seu início na consciência do ser humano. Karl Marx contestou este pensamento. De acordo com ele, a economia determinava tudo e cultura, religião ou filosofia eram nada mais que a fumaça que saía das chaminés dos locais de atividade econômica: ideologia que não exerce influência sobre a realidade social. É curioso que este pensamento de Marx continua vivo até os dias de hoje e se tornou quase universal – muito embora quase não se reconheça como um pensamento originário dele. Porque exatamente a influência do pensamento de Marx no decorrer da história do século 20, mostra o seu equívoco. Sua ideologia exerceu uma grande influência sobre a realidade social.

Por isso se perguntou acima, até que ponto há consciência no nosso tempo de que é o homem que determina a economia. Poderia se pensar que não é possível que seja o caso em muitas pessoas, ou devemos aceitar que nós, em grande maioria, estamos satisfeitos com a economia e as consequências da economia que conhecemos agora? A prática atual da economia é a prática que queremos?

Para Rudolf Steiner uma economia saudável é uma economia em que a satisfação da necessidade do consumidor forma o início da atividade econômica. É papel da economia satisfazer esta necessidade, respeitando os limites colocados para a economia.

Trata-se de dois limites. Um limite resulta de circunstâncias geográficas e naturais: a vida econômica numa determinada região forçosamente precisa se orientar pelas circunstâncias geográficas e naturais desta região. Assim, não é possível explorar matéria prima ou recursos naturais onde não existem. Este limite é um limite existente e dado.

O segundo limite é um limite que deve ser criado pelo homem. Trabalho humano não é mercadoria e não pode ser tratado como tal – afinal de contas trabalho humano é invendável; apenas o resultado do trabalho pode ser vendido. Na economia atual, com seu mercado de trabalho, age-se como se trabalho fosse mercadoria. Para quem realmente se dá conta, uma prática insustentável e desumana.

Num organismo trimembrado deveria ser determinado o volume e a duração do trabalho que deve ser prestado pelo homem dentro do quadro de uma vida jurídica cuja forma é dada democraticamente. E o que é determinado a respeito disto é para a vida econômica um dado fixo – o segundo limite.

Dentro destes limites acontece – num organismo social trimembrado – a vida econômica. Produzir, distribuir e consumir mercadorias constitui as atividades econômicas necessárias para satisfazer a necessidade do consumidor. Para que estas atividades possam ser feitas de maneira otimizada – já que numa economia saudável ninguém tem interesse no desperdício de trabalho humano ou matéria prima – é preciso que haja capacidade e "profissionalidade". Como e onde se produz, como se organiza o mais eficiente possível a distribuição de mercadorias, são perguntas às quais as pessoas ativas na vida econômica com base na sua "profissionalidade" melhor podem dar resposta.

Além disto, existe ainda a pergunta de que maneira se consegue que tudo que acontece na vida econômica, de fato fique a serviço da necessidade do consumidor. Para isto precisamos primeiro olhar a questão da propriedade de terra e meios de produção. Na prática atual os direitos de propriedade fazem parte da vida econômica, quer dizer são comerciáveis. Um pedaço de terra, uma fábrica com máquinas de produção é comerciável, assim como ações de uma empresa o são. O efeito social desta regulamentação do direito de propriedade é desastroso.

Estritamente na qualidade de proprietário ou acionista, este contribui apenas em medida muito modesta ao possível florescimento da vida econômica. O proprietário coloca capital à disposição, possibilitando que as pessoas as quais na prática trabalham com este capital – o empreendedor e seus colaboradores – possam contribuir para a produção ou distribuição. São a capacidade, "profissionalidade" e o empenho do empreendedor e seus colaboradores que determinam, de modo destacado, se este capital está sendo empregado bem economicamente. Apesar disto, a remuneração que o proprietário (acionista) em muitos casos recebe pelo fato de colocar capital à disposição, excede em muito o razoável. Seria razoável se o proprietário recebesse como contrapartida pela disponibilização do capital, uma recompensa comparável com uma recompensa de juros, que é normal para tal volume de capital. Exatamente nos últimos decênios podemos ver como a comercialização de propriedades (por exemplo, de ações) tem levado a um rendimento exageradamente alto: o rendimento não conserva mais uma relação justa com a disponibilidade de capital.

Além disto, podemos ver como esta forma de lidar com o direito de propriedade ainda tem outras consequências: o proprietário (acionista) parece não estar interessado ou envolvido com um desenvolvimento saudável de longo prazo da empresa em que ele é (co) proprietário, mas sim num rendimento máximo num prazo mínimo para o seu capital. Em geral eles mostram menos interesse na maneira em que este rendimento é atingido, se isto serve também aos interesses dos que trabalham na empresa, e se com isto não se prejudica pessoas ou



## CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO por John Hogervorst - Publicado no Boletim nº 18

Outubro 2003

meio ambiente. Cada vez mais se constata que o interesse de curto prazo do proprietário (acionista) domina a gestão de empresas. Assim, a atividade econômica cada vez mais se orienta para o interesse (de lucro) do proprietário e não para a satisfação da necessidade do cliente.

Rudolf Steiner propôs que se diferenciasse o direito de propriedade, distinguindo entre direito de propriedade e direito de uso. Terra e meios de produção não mais deveriam ser comerciáveis e deveriam ser colocados à disposição do empreendedor por órgãos reguladores de direito de propriedade com base em contratos. Como exemplo de um órgão deste tipo, podemos pensar no contexto da atualidade de uma fundação de utilidade pública. No momento em que terra e meios de produção não são mais comerciáveis, não haverá mais um proprietário interessado (pessoalmente) no aumento do valor da sua propriedade. Isto permite que haja espaço para adotar outros critérios para conceder o direito de uso a um empreendedor: uma terra agrícola não será mais vendida a quem oferece mais (quem por outro lado deverá considerar o seu valor de compra a futuros compradores), mas será colocada à disposição do empreendedor mais capacitado com base na sua capacidade ou experiência, e cuja intenção com a terra vem mais ao encontro do que p.ex. está definido nos objetivos da fundação. Quando então o referido empreendedor terminar seu empreendimento, ele mesmo, em concordância com a fundação, procura um próximo empreendedor que satisfaz aos critérios existentes.

Fazendo distinção entre o direito de propriedade e o de uso, a vida econômica ficará libertada da pressão (dos proprietários), hoje praticamente inevitável, por lucros (crescentes). Assim, pode-se voltar o olhar para a necessidade do consumidor, pois se tratam em todas as atividades econômicas de satisfazer da forma mais eficiente possível suas necessidades.

Para que isto se torne possível, deveriam ser criados novos órgãos de cooperação, os quais Rudolf Steiner chamou de associações. Estes órgãos deveriam consistir de todos "membros" que existem dentro da vida econômica: consumidor, comerciante e produtor. Nestes órgãos deveria se fazer uma negociação estruturada que levasse à compreensão da necessidade do consumidor e da forma em que esta necessidade pode ser atendida. Nesta negociação se unem e se relacionam necessidades, experiências, informações e interesses, de forma que se possa trabalhar, não no interesse particular, mas no interesse de todos os envolvidos. Porque é exatamente neste ponto que encontra o grande

defeito da prática econômica moderna: cada um age de acordo com seu interesse particular e o interesse comum, que está acima do particular, não se torna visível. Numa economia saudável trabalha-se em benefício do interesse comum – e as associações formam os órgãos em que este interesse comum pode ser formulado. Aí também se reconhecerá o que há muito tempo já é fato: a vida econômica baseia-se em interdependência. O que um se apropria a mais, faltará a um outro.

A distinção entre o direito de propriedade e direito de uso cuida que ninguém poderá exigir demais, com base em reivindicações de propriedade. A negociação nas associações trará à luz o que é razoável para ser atribuído a cada um – e assim as associações exercem um papel crucial na formação do "preço justo", um conceito chave na visão de Rudolf Steiner sobre a vida econômica. Quando uma mercadoria estiver com um preço justo, todos que tem contribuído para a produção e distribuição de uma mercadoria poderão de forma razoável atender à sua necessidade de vida durante o período necessário para realizar novamente um mesmo feito econômico. Assim se pode ler o grau da "saúde social" da economia do fato de se empregar ou não um preço justo. Se o preço de uma mercadoria estiver baixo demais, um número grande demais de pessoas estará trabalhando para produzir e distribuí-lo – ou se faz injustiça a eles ou uma parte deles. Se o preço de uma mercadoria for alto demais, um número reduzido demais de pessoas está trabalhando para produzir e distribuir esta mercadoria – ou eles (ou uma parte deles) se apropriam demais.

Assim indicamos de forma compacta como Rudolf Steiner via a vida econômica dentro do organismo social trimembrado. Nos textos deste livro, elabora-se mais especialmente a importância das associações. A questão da propriedade será abordada numa futura publicação nesta série.

Muitos leitores se perguntarão de que forma, aquilo que eles possivelmente podem reconhecer neste livro como desejável, poderá se tornar também realidade social. Parece que ideal e prática se separam por um abismo insuperável. Quando, porém, se pode experimentar como necessidade uma prática econômica na direção do que Rudolf Steiner descreve neste livro, então a única pergunta certa que pode ser feita é: o que eu posso fazer para contribuir para tal? Cada um que seriamente se coloca esta pergunta deverá encontrar uma resposta adequada.

*Este texto foi escrito como introdução para uma edição da palestra de Rudolf Steiner em 16 de fevereiro de 1921 – A Necessidade de Associações.*

*Tradução: Hermanus J Meijerink  
Holambra, 19 de maio de 2003.*